

## **Resolução**

A educação tem estado debaixo de fogo sistemático desde o dia em que este governo tomou posse. A linha política por ele seguida, mas já iniciada pelo anterior, obedece a uma estratégia de diminuição de financiamento ao ensino público, sendo um dos mais baixos em termos europeus, de descredibilização dos seus docentes, de extinção de áreas fundamentais do currículo, desvalorizando a sua componente humanística e ao mesmo tempo reduzindo-o a conjunto de saberes minimalistas de resposta ao mercado de trabalho.

O desencanto e a consciência de não se reverem neste modelo de escola fizeram com que milhares de professoras e professores optassem pela aposentação, antecipada em muitos casos, ou pela rescisão amigável noutros.

Aos que ficam, resta encontrar caminhos de combatividade e de resistência à hierarquização de funções, à burocracia, aos horários excessivos, à perda salarial permanente, à desautorização científica com o recurso à Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (a PACC), uma das maiores humilhações feitas à classe docente mas, sobretudo, à precariedade que se arrasta por décadas como opção estrutural de trabalho dos últimos ministros na educação.

Esta estratégia perversa é aprofundada na forma como é feita a colocação de professores, que recorrendo ao discurso agradável da adequação de profissionais à realidade de cada agrupamento, permite que uma parte destes sejam recrutados em oferta de escola abandonando lentamente a que é feita através da lista graduada nacional.

Há um mês que o ano letivo iniciou!

Há um mês que há milhares de alunos e alunas sem professoras e professores sem escola, porque no momento em que se iniciou a Bolsa de Colocação de Escola (BCE) instalou-se a maior confusão nas colocações causada pela introdução de subcritérios que alteraram a fórmula de cálculo da graduação dos e das docentes, verificando-se as maiores injustiças na ordenação nas listas.

Esta é uma classe combativa e, não aceitando as injustiças, levantou tanto a contestação que obrigou o Ministro da Educação a não só reconhecer o erro mas, também, a pedir desculpas pelo mesmo. Contudo, três semanas depois, o problema está ainda longe de ser resolvido, há ainda muitos milhares de alunos e alunas sem aulas e professores no desemprego.

Em tudo isto, o Bloco de Esquerda reconhece uma estratégia deliberada de desqualificação e desacreditação da Escola Pública que compromete o direito democrático do acesso ao saber pelo que, perante tão graves consequências, não só se solidariza com todos os professores e professoras, alunos e alunas prejudicados, como exige a demissão do Ministro Crato que tal como o governo que integra, grosseiramente viola a constituição, lei basilar da democracia portuguesa, ao não respeitar os seus princípios fundamentais.